

Lógicas de espacialização da economia portuguesa*

Rogério Roque Amaro**

Introdução

Pretende-se, neste artigo, reflectir algumas das tendências mais fortes da espacialização da economia portuguesa nos últimos 40-50 anos, à luz da evolução dos próprios paradigmas de análise e concepção da variável-espaço na observação dos processos económicos e sociais.

Em primeiro lugar, caracterizar-se-á, em linhas muito gerais, a evolução da economia portuguesa e a sua espacialização durante o período do pós-guerra, até meados dos anos 70.

Essa caracterização será de seguida confrontada com a lógica espacial típica do modelo fordista predominante então nas sociedades ocidentais com maior crescimento económico (embora não tão presente em Portugal).

Abordar-se-á depois a crise desse modelo e a emergência e/ou ressurgimento de lógicas diferentes de espacialização, configurando em novo paradigma das análises sobre o espaço ("Territorialista") e a importância crescente do nível Local do Desenvolvimento e dos dinamismos sociais e económicos e das novas territorialidades.

Finalmente, analisar-se-ão algumas das tendências mais recentes que atravessam espacialmente a economia e a sociedade portuguesa, reforçando-lhe características (de litoralização e funcionalidade) anteriores, mas também inculindo-lhe novas dinâmicas e protagonismos territoriais e novos caminhos para o Desenvolvimento.

* Este artigo resulta, com algumas alterações, do capítulo relativo a "Lógicas de espacialização do crescimento industrial em Portugal", da responsabilidade do autor, e integrado no relatório de pesquisa (não publicado), financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, designado por: Rodrigues, Maria João et al. (1990) "Dinâmicas produtivas, dinâmicas regionais e promoção do emprego - o caso da indústria portuguesa (1972-1986)", Lisboa.

** Docente do ISCTE, investigador no DINAMIA

1 - A evolução verificada até meados dos anos 70 - algumas notas de síntese

O crescimento industrial verificado no(s) período(s) posterior(es) à Segunda Guerra Mundial constitui, como é sabido, o cerne da evolução económica de cerca de 30 anos que medeiam até meados dos anos 70, em Portugal.

São conhecidas as principais características desse crescimento ¹:

- taxas de acréscimo com acelerações no princípio da década de 60 e no seu final/início da década de 70;
- desaceleração no período 1966-68;
- proteccionismo legal (nomeadamente, através do condicionamento industrial) em relação à concorrência interna e aduaneiro em relação à concorrência externa;
- utilização de mão-de-obra barata, sem possibilidades reivindicativas por controle (corporativo) dos sindicatos, por parte do Estado;
- recurso a matérias-primas agrícolas e coloniais com preços baixos;
- possibilidade, a partir do início dos anos 60, de acesso aos mercados da EFTA, sem sofrer a contrapartida da concorrência externa no mercado interno;
- fraca criação de postos de trabalho, uma vez que o baixo nível tecnológico e de produtividade de partida possibilitou basear o crescimento inicial do produto em aumentos de produtividade, mais do que de emprego, sem necessidade de grande esforço de investimento (uma consequência disto é que a economia portuguesa pôde "expulsar" milhares de trabalhadores portugueses para outros países e para a guerra colonial sem grandes problemas de falta de mão-de-obra ... a não ser a partir de meados da década de 60, na construção civil e obras públicas e numa ou noutra indústria);
- intervencionismo estatal nalgumas indústrias, de forma directa ou indirecta, inclusivé na criação de unidades industriais (ex.: siderurgia);
- desarticulações sectoriais profundas, particularmente em relação à agricultura, mas também quanto a outros sectores, como as indústrias extractivas, os transportes e comunicações e os serviços prestados às empresas e à população em geral;
- padrão de especialização ² apresentando grandes fragilidades, quer ao nível dos sectores de especialização internacional (baseados em mão-de-obra barata e com baixo nível tecnológico médio e assentando em segmentos pouco qualificados do sistema produtivo), quer ao nível das zonas de dependência (centrada em funções económicas fundamentais como os produtos alimentares, energéticos e bens de equipamento);
- presença crescente (a partir da década de 60) do investimento estrangeiro e de empresas transnacionais nas indústrias em Portugal, em particular nas de exportação (confeccões, electrónica de consumo, montagem e comercialização de automóveis, papel, construção e reparação naval, etc.), nalguns casos em situação de enclave;

- constituição de um núcleo importante de grupos portugueses industriais, intimamente articulados com uma base financeira (CUF, Champalimaud, BESCL, BPA, etc.)

Menos trabalhadas, no entanto, são as principais características espaciais deste crescimento industrial³.

É sabido⁴ que o crescimento industrial se concentrou na faixa litoral e mais especificamente em cinco distritos (Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal), os quais, em 1975, abarcavam um pouco de mais de 4/5 da produção industrial e mais de 3/4 do emprego industrial de Portugal (incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira). De uma forma mais ilustrativa, só os três distritos do Porto, Lisboa e Setúbal correspondiam então a cerca de 2/3 da produção industrial e a mais de metade do emprego das indústrias transformadoras de todo o país.

Por outro lado, os 10 distritos menos providos de indústrias (Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu) e as 2 regiões autónomas dos Açores e da Madeira, não produziam, em conjunto, mais de 8% e não empregavam mais de 10% daqueles totais.

Esta *litoralização* do crescimento industrial em Portugal, que, de facto, significa a litoralização da economia e da sociedade portuguesa, traduzindo-se pela concentração da população, das infraestruturas, dos investimentos e das actividades económicas em geral naquela faixa já referenciada do território do Continente, resulta, na verdade, das opções geo-estratégicas assumidas, ao longo da sua História, por Portugal, ou, se se quiser, da sua maneira de "olhar o Mundo".

Tendo historicamente, por razões que têm a ver com a construção da Nação Portuguesa, os seus pilares iniciais, as suas ameaças e alianças assumido uma "visão atlântica" do Mundo e feito do Oceano Atlântico o seu eixo de expansão e de contacto privilegiado com o exterior; tendo, em consequência, "virado as costas" a Castela (mais tarde, a Espanha) e assumido as zonas raianas do Interior como zonas-tampão, de protecção face ao "inimigo", não admira portanto que, por entre períodos e episódios de sinal contrário, a evolução da História de Portugal se tenha traduzido por uma notável "maritimização" das suas actividades económicas.

É nesta lógica mais secular que se deve interpretar a litoralização da economia e da sociedade portuguesa.

Tendo como pano de fundo este fundamento geo-estratégico, e seguindo de perto a análise apresentada em Ribeiro (1985), é possível então caracterizar a espacialização da economia portuguesa no período que decorreu até meados da década de 70, da seguinte maneira:

a) Existência de três *zonas nucleares*, espaços privilegiados de concentração económica, social e demográfica, tendo como pilares essenciais as relações de Portugal com o exterior:

i) A zona nuclear estruturada pelo porto de Leixões (porto de exportação fundamental, em especial para a zona industrial nortenha) estendeu-se, a partir

da cidade do Porto (e das respectivas áreas suburbanas), para nordeste, até Braga e, para sul, até Aveiro. Baseava a sua especialização industrial nas indústrias dos têxteis, vestuário, calçado e cortiça (essencialmente viradas para a exportação), sem esquecer a existência de alguns núcleos importantes de metalomecânicas (Aveiro e Porto) e da electrónica (Braga) e o peso dos serviços na cidade do Porto.

Trata-se de uma zona densamente povoada, com uma população relativamente jovem, onde as taxas de actividade são elevadas e em que se verifica uma articulação bastante íntima entre a indústria e a agricultura familiar.

ii) A zona nuclear estruturada pelo porto de Lisboa (porto de importância estratégica para produtos alimentares e energéticos e zona de serviços internacionais), estendendo-se até Setúbal (e respectivo porto) e, previsivelmente (segundo a lógica que se desenhava na primeira metade da década de 70), até Sines. Corresponde, no essencial, à Área Metropolitana de Lisboa. Predominavam as indústrias pesadas (metalomecânicas, material de transporte e químicas) da chamada "cintura industrial de Lisboa", para além das alimentares e, como já se referiu, dos serviços sediados na cidade de Lisboa.

Foi a zona que mais elevadas taxas de crescimento demográfico e de produto registou nos anos 60 e princípios de 70, caracterizando-se ainda por fortes índices de assalariamento.

iii) A zona nuclear estruturada, primeiro pela estrada Lisboa-Algarve e, mais tarde, pelo aeroporto de Faro, corresponde à zona turística do litoral algarvio, tendo registado importantes aumentos populacionais e de investimento naquela actividade, sobretudo a partir de meados da década de 60. Não se assinalaram, contudo, índices de crescimento industrial dignos de registar, apesar da existência de alguns núcleos industriais antigos ligados ao mar (sal e conservas de peixe), como é o caso de Olhão.

b) Existência de uma *zona de apoio* às duas primeiras zonas nucleares referidas, situando-se no essencial entre elas, e abrangendo fundamentalmente a parte meridional dos distritos de Viana do Castelo e de Aveiro, a faixa litoral do distrito de Coimbra, o distrito de Leiria, parte do distrito de Santarém e o norte do distrito de Lisboa.

Dotada de uma base industrial com algum peso (mas sem a importância das duas zonas nucleares referidas), caracterizava-se sobretudo pela presença de indústrias cuja principal função, conforme referem os autores citados, era "embalar" os produtos produzidos pelas indústrias das zonas nucleares: papel, cortiça, vidro, cerâmica, cimento ("embalagem" de pessoas, nas habitações, dos processos produtivos, nas fábricas e outros edifícios produtivos) e outros minerais não metálicos, para além da construção naval, em Viana do Castelo.

Alguns dos núcleos industriais desta zona conservaram, mesmo durante o difícil período da década de 60 (em que quase todas as regiões, à excepção das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, registaram decréscimos populacionais), um certo dinamismo económico e demográfico (como foi o caso de Marinha Grande e de Caldas da Rainha).

c) Finalmente, todas as outras regiões de Portugal (incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), assumiam essencialmente uma *função de reserva*, não só em relação às outras zonas já referidas, mas também em relação ao exterior (e, em particular, aos países europeus mais industrializados), no que se refere a produtos da floresta, da agricultura e do subsolo (minérios), a recursos hídricos e a força de trabalho (este o factor mais intensamente mobilizado e utilizado durante a década de 60, até meados da de 70).

Com algumas excepções, esta última zona mostrava-se extremamente débil do ponto de vista industrial, registando, em geral, uma impressionante desvitalização (desertificação) humana, com acentuado envelhecimento das suas estruturas demográficas e produtivas.

Este "zonamento" da economia e da sociedade portuguesa, apresentando o mérito de evidenciar os grandes traços e as principais tendências da espacialização do crescimento industrial em Portugal até meados da década de 70, não deixa de se revelar algo simplista, na medida em que, ficando pela consideração dos grandes espaços (até porque a insuficiência, ou mesmo ausência, de dados regionais relativamente detalhados e fíáveis, constituiu, desde sempre, uma grave lacuna do sistema estatístico português), não contempla a existência de "zonamentos" mais finos e/ou mais rigorosos e deixa de lado alguns dinamismos localizados (de excepção, é certo), observados nomeadamente no interior das zonas de reserva (de natureza diferente e uns mais pontuais do que outros, citem-se, a título de exemplos: Covilhã, Évora, Portalegre, Campo Maior, Tramagal, Seia, Gouveia, etc.).

Por outro lado, aponta para uma lógica demasiado industrialista, não valorizando dinamismos originados noutros sectores de actividade económica, como a agricultura (certas zonas dos distritos de Évora e Portalegre e a lezíria ribatejana, nomeadamente) e os serviços (caso de algumas capitais de distrito)⁵.

2 - Uma lógica espacial funcionalista

Esta lógica de espacialização da sociedade portuguesa não escapa às tendências dominantes de ocupação do espaço do modelo "fordista" de funcionamento das economias⁶.

Implantado, após a 2ª Guerra Mundial, em pleno período de expansão da era industrial, apresentava (entre outras características que aqui não são relevantes):

- uma forte tendência para a concentração e para a centralização do capital, embora com ritmos e articulações diferentes entre esses dois processos;
- a maximização das economias de escala (com produções em série e unidades produtivas de grandes dimensões) e das economias externas (tendendo à concentração geográfica da produção e às grandes aglomerações populacionais e produtivas);

- a crescente intervenção do Estado-Providência ao nível macro-económico e macro-social;
- a uniformização, sobretudo ao nível do território nacional, das normas de produção e de consumo (perfis tecnológicos, lógicas de produtividade, "cabaz de compras", escalões de rendimento, regalias sociais, etc.);
- idem quanto aos modos de regulação (macro-económica);
- políticas económicas de inspiração keynesiana (agindo sobre os grandes agregados nacionais e os equilíbrios macro-económicos);
- tentativa de definir a coerência dos sistemas produtivos a um nível nacional;
- um claro domínio de uma visão economicista da realidade e do desenvolvimento;
- reforço das hierarquias organizacionais e territoriais (tendência para a centralização, compatível com a delegação de algumas competências, sob controlo hierárquico);
- defesa e aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho e, portanto, da especialização funcional como factor de competitividade e vantagem comparativa;

Daqui decorria uma espacialização do "fordismo" que apresentava as seguintes principais características⁷:

- concentração do crescimento económico, das infraestruturas (transportes, vias de comunicação, saúde, educação e demais equipamentos sociais, culturais, económicos e políticos) e das principais indústrias e serviços em certos pólos e regiões privilegiadas;
- marginalização das outras regiões, em termos demográficos, económicos, sociais, culturais e políticos;
- defesa das teorias do desenvolvimento polarizado e desequilibrado, arrastando as regiões mais atrasadas, num processo de suposta uniformização das condições de modernização e crescimento económico;
- submissão dos objectivos de desenvolvimento regional e de redução das assimetrias espaciais às grandes metas macro-económicas e ao crescimento económico global;
- sobrevalorização das relações (económicas) externas e dos equilíbrios com o exterior (representados pela importância assumida pela "Balança de pagamentos"), em detrimento das relações (de todo o tipo) internas (inter e intra-regionais) e das respectivas articulações (sem qualquer atenção às "Balanças inter-regionais");
- exogeneização do crescimento económico (quase exclusivamente avaliado em termos dos êxitos ou fracassos da especialização internacional e das comparações entre países), parando a sua endogeneização no nível nacional;
- afirmação dos interesses nacionais acima de quaisquer interesses regionais;

- abordagem das questões regionais a partir de uma "visão nacional" e numa óptica de desconcentração dos interesses e das estruturas das grandes organizações (Estado central, empresas transnacionais, grandes empresas, centrais patronais e sindicais, etc.);
- concentrações urbanas (as grandes metrópoles), com as respectivas periferias suburbanas e rurais;
- divisão territorial do trabalho e especializações territoriais de tipo funcional, seguindo de perto as lógicas de especialização já referidas e traduzindo-se, portanto, em hierarquias regionais bem delimitadas;

Este tipo de espacialização do "fordismo", caracteriza-se assim por uma visão centralizadora do desenvolvimento, impulsionado "a partir de cima" e (supostamente) propagado "para baixo", numa *perspectiva funcionalista*, sendo, por isso, designado como integrando o paradigma funcionalista do desenvolvimento, fundamentado pelos modelos de inspiração clássica e neo-clássica da ciência económica (cf. Friedmann e Weaver, 1979 e Pecqueur, 1987).

3 - A crise do "fordismo" e a emergência de novas lógicas espaciais

A crise do "fordismo" e as suas incidências ao nível das estruturas industriais, da organização do trabalho e dos processos de trabalho, da mobilização e da gestão da força de trabalho, das formas de intervenção do Estado, dos mecanismos de regulação, das normas de produção e de consumo, das formas tecnológicas, etc.⁸ vem pôr em causa, de uma forma muito profunda, todo aquele funcionamento.

Entre as mudanças que mais influência tiveram nas lógicas de espacialização da economia assinalam-se:

- crise financeira e ideológica do Estado-Providência, contribuindo para a crise do próprio Estado-Nação;
- falência dos mecanismos de regulação macro-económica e nacional e incentivo às formas de regulação diferenciadas de base local;
- crise do paradigma técnico-económico com o desenvolvimento de novas tecnologias mais flexíveis e de menor dimensão (centradas na micro e na optoelectrónica, na informática e nas biotecnologias);
- inadequação crescente dos modelos organizacionais tradicionais de tipo rígido e hierarquizado, surgindo a necessidade de organizações mais flexíveis e compreendendo diferentes níveis de autonomia (equipas autónomas e semi-autónomas, por exemplo);
- abandono dos princípios tayloristas de organização dos processos de trabalho, por inadaptação às novas necessidades produtivas e organizativas, mais baseadas na polivalência, na flexibilidade e na integração;
- dificuldades acrescidas para as grandes empresas (e demais organizações de grande dimensão), as quais, baseadas na rigidez, nas hierarquias e na burocracia, se mostravam incapazes de responder aos novos desa-

fos e oportunidades e à necessidade contínua de flexibilidade e inovação;

- em contrapartida, emergem as P.M.E.s e as pequenas e médias organizações como mais habilitadas a responder àqueles requisitos, se investidas de novos dinamismos e capacidades de inovação, nomeadamente com a ajuda das novas tecnologias (mais apropriadas a esse tipo de organizações);
- desvalorização das economias de escala e externas, como critérios económicos fundamentais e "descoberta" das vantagens das economias das pequenas séries e da descentralização e/ou segmentação dos processos produtivos;
- desagregação da relação salarial "fordista", com crescente flexibilização e (também) precarização das condições de trabalho;
- grandes dificuldades de reestruturação das indústrias motrizes do fordismo (siderurgia, químicas e algumas metalo-mecânicas), surgindo novas indústrias ligadas às novas tecnologias já referidas (microelectrónica, optoelectrónica, informática, etc.) e revitalizando-se, graças, em parte, a essas novas tecnologias, algumas das indústrias mais tradicionais (casos dos têxteis e das confecções nalguns países e em certos segmentos);
- aceleração extraordinária dos ritmos de informação e comunicação e revolução nas suas formas tendo como principais consequências a mudança da "sociedade da matéria" (das indústrias) para a "sociedade da informação" (electrónica, genética, etc.) e a *redução do tempo e do espaço de comunicação* a dimensões próximas do zero.

Todas estas (e outras) transformações vão traduzir-se, em termos espaciais, numa crise da base territorial nacional e na emergência de novas territorialidades⁹.

De facto, enquanto que o Estado-Nação tende a perder coerência e autonomia aos diferentes níveis económico, cultural, social, ideológico, político e comunicativo (no culminar de um processo que se iniciou praticamente no momento da sua criação, como suporte territorial do capitalismo saído das revoluções burguesas de há cerca de 200 anos atrás, e que está relacionado com as necessidades de expansão do próprio capitalismo), emergem e/ou ressurgem três outras lógicas territoriais:

- a *transnacionalidade*, como resultado da transnacionalização da produção, do capital, da cultura, da informação, dos meios de comunicação e da força de trabalho, tendo como principais agentes as ETNs (empresas transnacionais), as agências noticiosas e os "mass media" transnacionais e os (e)imigrantes (portadores, muitas vezes passivos, desse processo);
- a *supranacionalidade*, como projecto de alargamento (por "adição" de nações) das bases territoriais económicas, sociais, culturais, ideológicas, políticas e institucionais (o processo mais adiantado é o das Comunidades Europeias, a tenderem para uma União Política, mas há outros),

num percurso paralelo ao que levou à criação dos Estados-nações na Europa, nos dois séculos anteriores, por "adição" de (e contra) principados e condados;

- a *infranacionalidade*, por razões que veremos a seguir, ressurgindo nas brechas do "fordismo" e procurando afirmar as suas diferenças e identidades regionais e locais e as correspondentes bases organizativas, culturais, sociais e económicas.

Esta "animação" e diversificação territorial, que levou à "descoberta" do espaço-território (cf. Pecqueur, 1987), tornou mais complexos (mas também mais ricos e interessantes) os processos de espacialização da actividade humana (e, portanto, também das actividades económicas), cujas localizações passaram a jogar em vários tabuleiros e em diversas articulações territoriais.

É por isso que as quatro territorialidades assinaladas (a nacional, a transnacional, a supranacional e a infranacional) não estão desligadas umas das outras e vão, no futuro, construir e reconstruir "puzzles" com diversas formas¹⁰.

No que se refere à(s) base(s) infranacional(is), o seu reforço nos últimos tempos radica em factores como os seguintes¹¹:

- crise do Estado-Providência, incapaz de responder aos problemas económicos e sociais resultantes da crise económica mais geral (desemprego, inflação, redução do poder de compra, insegurança e precarização do emprego, dificuldades na obtenção de créditos, diminuição dos investimentos públicos em infraestruturas, etc.), o que levou os actores locais a procurarem responder por si às suas próprias dificuldades;
- crise do modelo "fordista" de desenvolvimento, permitindo o aparecimento na cena principal de novos actores como as PME's, as pequenas organizações descentralizadas, as autarquias locais, as associações, etc. e de novos espaços económicos, sociais, culturais, políticos e de comunicação, libertos das hierarquias e controlos uniformizadores e centralizadores do "edifício fordista", no que tiveram como "aliadas" as novas tecnologias;
- procura, por parte das grandes empresas (nomeadamente ETNs), de mecanismos de regulação e de reprodução diferenciados de base local, como resposta às dificuldades crescentes de acumulação do capital, à baixa das taxas de lucro, ao "bloqueio" do "círculo virtuoso" anterior baseado no aumento constante da produtividade, dos salários e dos lucros e à rigidez da norma salarial, traduzindo-se aquela procura no aprofundamento da segmentação transnacional e transregional dos processos produtivos;
- busca das identidades perdidas ou de raízes de segurança (afectiva e não só), abaladas pelas pressões "nacionalistas" e pelas aculturações transnacionais e transregionais dos percursos migratórios e dos canais de comunicação e informação mundiais (entre outros).

De uma outra maneira, podemos dizer que este processo de emergência/ressurgimento de lógicas territoriais infra-nacionais (regionais e locais) resulta¹²:

a) por um lado, como *efeito directo da transnacionalização* (na busca de mecanismos de regulação e de reprodução diferenciados),

b) mas também como um *subproduto da trans e da supranacionalização*, na medida em que (também) surge como resposta e defesa em face das aculturações e da insegurança que aqueles processos provocam,

c) e ainda como *reação à violência e ao controlo nacionais* (inerentes à definição de "Pátria"), que (afinal) não tinham apagado as dinâmicas e aspirações de âmbito regional e local,

d) e, finalmente, como *descoberta e assunção dos valores próprios e das capacidades endógenas* das comunidades locais e regionais, num momento em que se valoriza a Diferença.

É neste contexto (destas quatro territorialidades e da crise do "fordismo" e do modelo centralizador) que passou a ser possível "experimental" e/ou observar processos de Desenvolvimento descentralizado, portanto, desencadeados *a partir de baixo*, assentando nas capacidades endógenas e confrontando (com algum êxito, pelo menos aparente) as lógicas centralizadoras e uniformizadoras predominantes até aí e os respectivos agentes.

Surge então a designação de *paradigma territorialista*,¹³ opondo-se à de paradigma funcionalista (já caracterizado atrás - cf. também quadro comparativo, em anexo), pondo em relevo as novas dimensões territoriais do Desenvolvimento e a ideia de *territórios* diversificados, como contraponto à de Território, definido pelo Estado-Nação.

As características mais relevantes desse paradigma estão sumariadas no quadro em anexo, dispensando-nos de aqui as pormenorizar e limitando-nos a recordar que assenta:

- numa visão *integrada* (e não meramente economicista) e *diferenciada* (e não uniforme) do Desenvolvimento;
- numa importância vital das comunidades locais, das suas necessidades e capacidades para a definição do Desenvolvimento;
- na valorização das identidades regionais e locais;
- no estabelecimento de redes de solidariedade e de comunicação, formais e informais, económicas, culturais, sociais, políticas e institucionais, entre comunidades, entre regiões, entre países e, de forma cruzada, entre todas estas dimensões espaciais, numa perspectiva sistémica;
- na descentralização e não na desconcentração;
- na revitalização da sociedade, ao democratizar o Desenvolvimento, abrindo completamente o leque dos seus empreendedores;
- numa efectiva defesa do ambiente;
- em resumo, na realização conjunta de quatro princípios fundamentais: Participação, Autonomia, Solidariedade e Diferença¹⁴.

É no âmbito deste quadro teórico (que mereceria uma análise crítica que aqui não podemos trabalhar) que se inscrevem algumas experiências de industrialização que fogem aos modelos tradicionais, quer em termos de *localização* (dispersando-se por áreas até aqui marginalizadas), de *organização* (com sistemas organizacionais de menor dimensão, mais flexíveis e/ou estabelecidos em rede e com articulações externas), de *produtos* ou de *tecnologias* (recorrendo frequentemente às novas possibilidades tecnológicas de automação, programação, controlo e informação), quer ainda em termos de *mercado de trabalho* (jogando com as características diferenciadas dos mercados locais de trabalho e das relações e/ou "cumplicidades" patrão-trabalhadores) ou de *mecanismos de regulação* (construindo uma teia de modos de regulação local, mediados pelas especificidades locais - cf. Reis, 1987 e 1989).

Estas novas lógicas de industrialização foram particularmente estudadas em países como a Itália, a França e a Espanha¹⁵, merecendo por vezes a designação de processos de "*industrialização difusa*" (cf. Pecqueur e Silva, 1989).

Simultaneamente, vários autores têm procurado analisar e avaliar as condições em que esses processos se podem considerar de *Desenvolvimento Local* e/ou contribuindo para a existência de *Sistemas Produtivos Locais*, o que significa passarem de meras implantações industriais de tipo pontual e episódico para se converterem em dinanismos capazes de gerar sinergias de Desenvolvimento¹⁶.

Para Pecqueur e Silva (1989) isso só acontece quando tais processos dispuserem já de um "lastro histórico" e de uma rede de relações estabelecidas que eles designam, respectivamente, por "*duração crítica*" e "*densidade mínima*", sem as quais aquelas sinergias não se verificam e as iniciativas referidas permanecem isoladas e de efeitos limitados.

Para além disso, estabelecem como critérios de Desenvolvimento, a verificação de três capacidades:

- de *inovação*;
- de *reação à pressão heterónoma*, ou seja de gestão das condicionantes externas, o que significa, no fundo, dispôr de uma certa *autonomia* na definição dos objectivos e dos caminhos de Desenvolvimento;
- de *regulação*, com base nas solidariedades locais.

Se também tivermos em conta, nesta reflexão, as pistas apresentadas por autores como Gilly (1987) e Reis (1989)¹⁷, pensamos que a questão do Desenvolvimento Local se deve colocar, tendo em conta as novas territorialidades e as diversas formas culturais, económicas, sociais, políticas, etc. que aquele vem assumindo (e não apenas as que decorrem da implantação de indústrias), a partir da análise de cinco questões-chave:

a) existência ou não de uma *cultura técnica local* (cf. Reis, 1988) já implantada, no sentido dos saberes, dos processos tecnológicos, das qualificações, de um potencial de investigação e experimentação, etc. susceptíveis de gerarem capacidades de inovação (no sentido de Schumpeter) e de iniciativa;

b) aprofundamento ou debilidade de uma *matriz de relações económicas locais*, estabelecida entre os agentes económicos locais e abrangendo as relações comerciais, financeiras e técnico-económicas formais e informais, que poderão dar consistência a sinergias importantes nestas áreas e favorecer o aparecimento de novas iniciativas;

c) funcionamento de um *mercado local de trabalho*, com (algumas) regras próprias (distinguindo-se das de outros mercados), quer em termos das relações quantitativas e qualitativas entre os fluxos de activos, jovens, domésticas, reformados, desempregados, inactivos (de facto) e migrantes, quer em termos das respectivas qualificações e das políticas de educação e formação profissional com elas relacionadas, quer ainda em termos da relação salarial praticada e de outros mecanismos de regulação específicos do local;

d) *formas de que se reveste o poder local*, quer ao nível institucional e administrativo (órgãos das autarquias locais, organismos desconcentrados do Estado central, nas diversas áreas da saúde, educação, segurança social, agricultura, etc.), quer ao nível de poderes informais, não institucionalizados ou pouco habituais (associações, núcleos empresariais e sindicais, grupos de pressão, cidadãos, etc.) e respectivos processos de intervenção, controlo e relação com o Desenvolvimento;

e) funcionamento de *redes (formais e informais) de solidariedades locais* de raiz sócio-cultural, permitindo suscitar capacidades de reacção às condicionantes externas e de regulação dos conflitos internos.

Torna-se, portanto, crucial estudar os processos de industrialização (e os relativos a outras actividades não somente económicas) novos ou velhos, os que partem do zero ou os que são de reestruturação ou de reconversão, os que se localizam nas zonas tradicionais ou os que surgem nas regiões mais abandonadas, para avaliarmos correctamente os seus efeitos em termos mais integrados, numa base nacional e nas bases regionais e locais respectivas.

4. Novas (e velhas) tendências na espacialização da economia portuguesa (algumas pistas de reflexão sobre a evolução recente)

No que se refere às tendências recentes (últimos 10-15 anos) da espacialização da economia portuguesa, são de assinalar os seguintes aspectos¹⁸:

a) *Continuação do processo de litoralização da indústria e da economia* mantendo-se (e até nalguns casos aumentando) a concentração demográfica, económica e política nas regiões do Litoral, embora com lógicas diferenciadas:

i) O Norte e o Centro Litoral (distritos de Braga, Porto e Aveiro), beneficiando de uma política cambial e de promoção das exportações que foi particularmente favorável às suas especializações, revelou um dinamismo muito apreciável, nomeadamente nas zonas dos vales do Ave, Cávado e Sousa e no eixo Águeda - Porto e nos sectores dos têxteis, confecções, calçado, madeiras e mobiliário e cortiça (tudo sectores vocacionados para a exportação), para além de outros com menos peso na região, mas não menor dinamismo.

Os índices de riqueza e de crescimento económico elevaram-se de forma muito considerável em certos casos, consagrando atitudes e consumos de novo-riquismo, que contrastam flagrantemente com as precárias condições de trabalho (incluindo o trabalho clandestino, o não cumprimento de horários de trabalho, o trabalho infantil, o trabalho a domicílio, etc.) e os baixos salários que sustentam muitos dos êxitos empresariais aqui detectados.

Os sucessos económicos observados nem sempre se traduziram, portanto, em melhorias nos padrões de qualidade e produtividade e na adopção de novas tecnologias e/ou novos processos produtivos, explorando ao máximo as vantagens comparativas decorrentes de uma mão-de-obra barata e pouco reivindicativa.

Por outro lado, as elevadas taxas de natalidade e de mortalidade empresarial evidenciam bem a precaridade e as fragilidades do tecido empresarial desta região, ao mesmo tempo que são testemunho de uma elevada mobilidade social, base de cumplicidades e conivências que tornam possível a reprodução de certas condições de trabalho.

É evidente que as condições que permitiram e rodearam o crescimento económico nesta zona não são compatíveis com algumas das exigências e das novas condições decorrentes da construção do Mercado Interno (a partir de 31 de Dezembro de 1992) e da adesão de Portugal ao Sistema Monetário Europeu, com as repercursões resultantes das transformações nos países da Europa de Leste e com uma concorrência acrescida de alguns dos Novos Países Industrializados, nomeadamente no Sueste Asiático.

É possível, aliás, que muitas das indústrias de exportação sediadas nesta região, sobretudo as que se afirmaram com base em condições tecnológicas, organizacionais e sociais mais precárias, venham (se não estão já) a sentir alguns problemas, cuja resolução já não poderá passar pelo trabalho clandestino, pelos salários baixos ou pela desvalorização cambial (aliás limitada num quadro de entrada de Portugal para o Sistema Monetário Europeu).

São já visíveis, de resto, alguns sinais de crise e ruptura, traduzindo-se, por vezes, em situações difíceis de reestruturação e reconversão, nomeadamente no sector dos têxteis.

ii) Apostando também numa lógica de exportação, embora em sectores relativamente novos (calçado, mobiliário, moldes para a indústria dos plásticos, plásticos, etc.) e/ou em segmentos do mercado interno em expansão, várias zonas do Centro Litoral (incluídas naquilo a que no primeiro ponto chamámos de "zona de apoio") têm registado fortes dinamismos de crescimento industrial e demográfico, afirmando-se com um papel crescente na economia portuguesa.

São de assinalar os "êxitos industriais" (nalguns casos em articulação com outras actividades, mas nem sempre ...) de Águeda, Marinha Grande (com um processo notável de reconversão e reestruturação industrial, após a grave crise dos vidros do início da década de 80), Leiria, Pombal, Caldas da Rainha, Benedita-Alcobaça, Rio Maior, Alcanena, Minde-Mira d'Aire, Torres Novas,

etc.. Por vezes os custos humanos, sociais e ambientais têm sido bastante elevados ...

Também aqui se poderão colocar e viver, a médio prazo (como, por exemplo, no sector e na zona do calçado) alguns dos problemas e situações referidas no ponto anterior.

iii) Em contrapartida, a região da Grande Lisboa (Lisboa-Setúbal-Sines) atravessou grandes dificuldades na 2ª metade da década de 70/princípios da de 80, decorrentes da sua especialização industrial (demasiado baseada nas indústrias mais afectadas pelas crises do petróleo e pela crise económica mais geral - siderurgia, químicas, construção e reparação naval, metalo-mecânicas, etc. - e demasiado dependente de importações energéticas e de bens de equipamento) e das circunstâncias políticas que a envolveram (nomcadamente quanto ao facto de a maioria das grandes empresas da zona terem sido nacionalizadas e ... votadas a um certo abandono).

Foi por isso uma região marcada (ao contrário do Centro e Norte Litoral) pelo desemprego e pela fome e por demais dificuldades e traumas associados a situações de crise acentuada.

Actualmente atravessam-na vários projectos de reconversão e reestruturação industrial e surgem novos projectos e investimentos, em particular na Península de Setúbal, sendo disso exemplo notável, no sentido positivo e negativo (de desordenamento), o concelho de Palmela e, em particular, a zona de Pinhal Novo.

Esses projectos abrem novas perspectivas para a região (nem sempre no sentido do Desenvolvimento), tendem, pelo menos, a inverter as lógicas anteriores de desemprego e miséria, suscitam iniciativas e fazem surgir novos protagonismos provenientes do Estado Central, dos fundos comunitários, dos empresários, núcleos sindicais e associações locais, de empresas estrangeiras, da Universidade e das autarquias locais.

Estamos longe de ter uma visão clara do que se vai passar, sendo importante acompanhar e avaliar tais processos, a partir dos seus protagonistas, para minimizar os seus efeitos nefastos (de dependência, descaracterização, desordenamento e desequilíbrio ambiental) e potenciar as suas energias de Desenvolvimento.

b) *Emergência e/ou ressurgimento de dinamismos industriais e económicos importantes em zonas do Interior*, em particular no *Centro Interior*, na chamada "zona de reserva", tirando proveito das possibilidades oferecidas pelos fundos comunitários e/ou pela criação de novas infraestruturas (nomeadamente rodoviárias, como é o caso dos IPs - Itinerários principais e ICs - Itinerários Complementares e é bem ilustrado nos exemplos de Castelo Branco, Viseu e estrada Viseu-Guarda) e/ou da atracção de investimentos estrangeiros (Castelo Branco, Mangualde, etc.) e/ou do dinamismo das autarquias locais e de agentes locais, como os retornados (Arganil, Vila Real, etc.) e/ou "ressuscitando" sectores tradicionais e dinâmicas adormecidas (Castelo Branco, por exemplo), etc., etc..

São exemplos, apresentando características diferenciadas: Castelo Branco, Viseu, Mangualde, Nelas, Arganil, Vila Real, Ponte de Sôr, Évora e Portalegre (mais limitadamente).

Não podemos ainda fazer uma avaliação correcta destas experiências, em termos das suas capacidades de gerar sinergias locais e de mobilizar as potencialidades endógenas ou, pelo contrário, de acentuar dependências e hierarquias funcionais (dentro do país e em relação ao exterior) e em termos dos protagonismos que desencadeiam e das redes de relações e de comunicação que as sustentam, mas a sua existência permitiu, desde já, abalar inércias e mundos adormecidos pela desertificação e envelhecimento demográficos e produtivos. Só que não basta ficar por aí ...

c) *Processos de difícil reconversão e reestruturação económica e social* em zonas como Covilhã, Setúbal (nalguns aspectos e para alguns sectores), Tramagal (embora haja evoluções recentes mais promissoras), Olhão (idem) e Castanheira de Pêra (após um certo êxito que parece agora ter regredido), para apenas dar alguns exemplos.

Essas dificuldades têm-se traduzido em custos elevados do ponto de vista individual e colectivo (despedimentos, desemprego, salários em atraso, fome) e por vezes também ambiental e, na maioria dos casos mencionados, não se afiguram de resolução rápida.

É possível mesmo que algumas das indústrias aí sediadas ou pelo menos que algumas unidades industriais venham a desaparecer (o que, aliás, já aconteceu em quase todos aqueles casos), sendo substituídas por outras dinâmicas económicas provenientes de outros sectores (Universidade, serviços, turismo, outras indústrias, etc.)

d) Registe-se o caso do *Alentejo* que, relativamente a estes processos todos, é a região que, salvo poucas excepções, se revela mais inerte, mesmo em zonas onde a reestruturação ou o surgimento de novas dinâmicas no âmbito das indústrias extractivas (casos de Aljustrel e Neves-Corvo, respectivamente) poderiam suscitar algum movimento industrial a elas associado, o que não tem acontecido, por uma opção de *enclave* (do ponto de vista da transformação industrial dos seus minérios) assumida por aqueles complexos.

e) Sublinhe-se ainda a existência, sobretudo em áreas rurais do Interior mais desvitalizadas, de *pequenas iniciativas de Desenvolvimento* que, não se traduzindo por empreendimentos de grande vulto, nem tendo, a maioria das vezes, expressão industrial, não deixam de contribuir para a resolução de alguns problemas locais (como o desemprego, o apoio aos jovens e aos idosos, a reanimação do artesanato e de tradições culturais importantes, etc.), revelando-se, portanto, capazes de suscitar energias, mobilizar recursos locais, mudar mentalidades, gerar iniciativas e inovações de âmbito restrito, é certo, mas apontando claramente para verdadeiros processos de mudança e de Desenvolvimento Local.

São exemplos (a merecer estudo e divulgação) os casos de Castelo de Vide, Messejana (concelho de Aljustrel), Cachopo (Alcoutim) e Alte (Loulé), no

âmbito do projecto Radial do Nordeste Algarvio (zonas serranas), Portel, Sabrosa (distrito de Vila Real), Paredes de Coura, Montemuro (perto de Viseu), Carrazeda de Ansiães, Samora Correia, Mértola, Viana do Alentejo, etc., etc..

Apresentam, além do mais, o interesse e a curiosidade de revelarem protagonismos muito diferenciados e, nalguns casos, em acções conjuntas de cooperação inter-instituições e/ou inter-grupos: autarquias locais (Castelo de Vide, Portel, Sabrosa, Carrazeda de Ansiães, Mértola, Viana do Alentejo), centro de saúde (Paredes de Coura), serviços de extensão educativa (Sabrosa, Carrazeda de Ansiães e Montemuro), escolas (Samora Correia centros de emprego (Messejana e Castelo de Vide), centros regionais de segurança social (Nordeste Algarvio, Mértola, Samora Correia e Messejana), Universidade e Institutos Politécnicos (Sabrosa, Samora Correia e Nordeste Algarvio), serviços de saúde e rádio local (Samora Correia) e cidadãos, individuais ou em grupo, assumindo-se como agentes de Desenvolvimento Local (Messejana, Nordeste Algarvio, Castelo de Vide, Portel, Viana do Alentejo).

f) Assinale-se, por fim, o surgimento de *lógicas de cooperação e de estabelecimento de solidariedades transfronteiriças*, entre zonas raianas de Portugal e Espanha, com resultados ainda limitados, mas que poderão abrir o caminho a novas territorialidades e dinamismos de Desenvolvimento Local em zonas ultra-periféricas dos dois países.

Será, por isso, interessante acompanhar as experiências já visíveis no Alto Minho (com a Galiza), em Trás-os-Montes, na Beira Interior e no Nordeste Alentejano. Neste último caso, trata-se do aproveitamento de um programa comunitário de apoio às zonas transfronteiriças atrasadas (Programa Interreg), traduzindo-se numa estratégia de cooperação, para mobilização e desenvolvimento dos recursos endógenos das áreas abrangidas, entre cinco municípios portugueses (Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Portalegre) e seis espanhóis (Albuquerque, Alcântara, Alizada, Malpartida de Cáceres, S. Vicente de Alcântara e Valência de Alcântara), com alguns passos já dados num projecto de valorização económica da castanha e em colaborações planeadas entre escolas e os centros regionais de segurança social.

Podemos, portanto, concluir que as tendências recentes de espacialização da economia portuguesa foram condicionadas por factores como:

- a crise económica mundial, a crise do "fordismo" e a emergência de um novo paradigma técnico-económico;
- a emergência de novas territorialidades (supranacionalidade, transnacionalidade e infranacionalidade, ao lado da base nacional anterior);
- a crise política, social e económica subsequente ao 25 de Abril de 1974;
- o regresso de emigrantes às suas terras de origem (sobretudo no Interior) e a vinda de centenas de milhares de "retornados" de África;
- a entrada de Portugal para as Comunidades Europeias e o desafio do Mercado Único Europeu, disponibilizando fundos comunitários para apoio à economia portuguesa e à construção de infraestruturas (sobre-

tudo no que se refere aos novos eixos rodoviários), atraindo investimentos estrangeiros e abrindo a economia portuguesa à concorrência externa;

- a democratização operada na sociedade portuguesa no pós- 25 de Abril, no âmbito do poder local e de serviços como a saúde, a educação e a segurança social, suscitando protagonismos locais, geradores de tendências descentralizadoras.

Com este pano de fundo as dinâmicas económicas e sociais mais recentes traduziram-se por:

- manutenção do predomínio da lógica de litoralização;
- alargamento dessa litoralização às regiões do Centro Litoral, "ligando" as duas zonas nucleares tradicionais;
- uma certa difusão de indústrias em zonas de menor tradição industrial, inclusive em zonas rurais do Interior;
- persistência de algumas dificuldades em processos de reconversão e reestruturação industrial;
- surgimento de algumas lógicas de tipo territorialista, mas sem pôr ainda em causa o predomínio da funcionalidade nas hierarquias regionais e sectoriais da economia portuguesa;
- surgimento de algumas lógicas de tipo *territorialista*, mas sem pôr ainda em causa o predomínio da *funcionalidade* nas hierarquias regionais e sectoriais da economia portuguesa;
- melhoria muito nítida das infraestruturas de suporte (nomeadamente rodoviárias) das actividades económicas;
- diversificação e enriquecimento dos protagonismos locais dos processos de mudança.
- ensaio de algumas experiências de cooperação transfronteiriça que podem também contribuir para alterar o "puzzle" territorial em que se moverá no futuro a sociedade portuguesa.

Registe-se, por fim, que alguns autores concluem pela existência de situações susceptíveis de aplicação do conceito de Sistema Produtivo Local (ou equivalente) em casos como os do Médio Ave (Silva, 1988), Águeda (Reis, 1989) e Marinha Grande¹⁹.

Notas

- 1 Nós próprios procurámos caracterizar essa evolução em: Amaro, Rogério Roque (1980) *Développement et industrialisation de l'économie portugaise dans le contexte de la division internationale du travail (jusqu'en 1974)*, tese de doutoramento de 3º ciclo, Grenoble, (2 volumes).
- 2 A este propósito cf. em particular: Rodrigues, E. Ferro et al. (1983), *A especialização de Portugal em questão*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional.
- 3 Entre as exceções, assinalamos: Ferrão, João (1985), *Indústria e valorização do capital - uma análise geográfica*, dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Idem, (1983) "Alguns aspectos regionais da evolução recente da indústria transformadora - uma análise regional", in "Perspectivas do desenvolvimento industrial português", Porto, Conferência da APEC: Ribeiro, José Félix et al. (1985), "Especialização internacional, regulação económica e regulação social - Portugal, 1973-83", in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89); Secretaria de Estado do Planeamento (Ministério do Plano e Coordenação Económica) (1977), *Plano 77-80*, Lisboa, Imprensa Nacional. Abril de 1977, volume sobre "Política Regional".
- 4 Para os dados que se seguem, cf.: Secretaria de Estado do Planeamento, (1977), *op. cit.*
- 5 Para uma abordagem um pouco diferente da que foi aqui sumariada, utilizando outra proposta de "zonamento" que não contraria aquela mas "refina-a" de certo modo, cf., em particular, Ferrão (1983 e 1985).
- 6 Para o que se segue, cf., entre outros: Aydalot, Ph. (ed.) (1984), "Crise et espace", *Economica*, Paris; Ferrão, João (1985), *op. cit.*; Friedmann, J. e Weaver, C. (1979), *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*, E. Arnold Publication, Londres; Gilly, Jean-Pierre (1987), "Espaços produtivos locais, políticas de emprego e transformações da relação salarial", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22; Lipietz, Alain (1985), "Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?", *Cahiers Cepremap*, nº 8521, Paris; Pecqueur, Bernard (1987), *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire*, tese de "doctorat d'État", Grenoble; Pecqueur, B. e Silva, Mário Rui (1989), "Industrialisation diffuse et développement", in *Estudos de Economia*, vol. IX, nº 4; Reis, José (1987), "Os espaços da industrialização - notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22; Reis, José (1989), *Os espaços da indústria - a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*, dissertação de doutoramento, F.E.U.C., Coimbra.
- 7 Para mais pormenores, cf. os autores já referidos na nota (6) e ainda: Lajugie, Joseph et al. (1985), *Espace régional et aménagement du territoire*, Paris, Dalloz. Cf. também o quadro apresentado em anexo.
- 8 Cf., por exemplo, Lipietz (1985); Pecqueur e Silva (1989) e ainda: Boyer, Robert (org.) et al. (1986), *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, Editions La Découverte; Leborgne, Danièle e Lipietz, Alain (1987), *New technologies, new modes of regulation: some spatial implications*, Paris, Cepremap; Rodrigues, Maria João (1988), *O sistema de emprego em Portugal - crise e mutações*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- 9 Sobre o conceito de território e a emergência de novas territorialidades, cf.: Amaro, Rogério Roque (1989), "Que espaço português no "espaço europeu sem fronteiras"?", in *Seara Nova*, nº 24, Julho/Agosto; Amaro, Rogério Roque (1990), "O puzzle territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)", in *Vértice*, nº 33, (II Série), Dezembro, Pecqueur (1987).
- 10 O que nos levou, em Amaro (1990) a falar de uma *territorialidade flexível* e em *articulações territoriais de tipo Lego* (ou seja passíveis de várias construções e articulações).
- 11 Seguimos aqui de perto a nossa reflexão apresentada em Amaro (1990).
- 12 Cf. Amaro (1990), que continuamos a seguir.
- 13 Cf., em particular, Friedmann e Weaver (1979), Lajugie et al. (1985), Pecqueur (1987), Pecqueur e Silva (1989) e ainda: Stöhr, Walter (1984), "La crise économique demande-t-elle de nouvelles stratégies de Développement Régional ? - vers un nouveau paradigme du Développement Régional", in Aydalot, ed. (1984).
- 14 Síntese da nossa responsabilidade. Cf.: Amaro, Rogério Roque (1990), "Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações", comunicação apresentada às Terceiras

- Jornadas da Beira Interior, Covilhã, 19, 20 e 21 de Outubro de 1990, publicada em *Poder Local*, nº 102, Março de 1991.
- 15 Cf., por exemplo: Courlet, Claude e Pecqueur, Bernard (1987), "Industrialisation et action économique locale en Anjou et dans le Choletais", *Notes et Documents*, IREP/D, Grenoble; Courlet, Claude (1987), "Développement Territorial et Systèmes Productifs Locaux en Italie", *Notes et Documents*, IREP/D, Grenoble; *Économie et Humanisme* (1986), "Nouveaux regards sur l'industrialisation", nº 289, Lyon, Maio-Junho; Fua, G. e Zacchia, C. (1983), *Industrializzazione senza Fratture*, Il Mulino, Bologna; Garofoli, G. (1983-a), "Sviluppo regionale e ristrutturazione industriale: il modello italiano degli anni '70", in *Rassegna Economica*, nº 6, Novembro-Dezembro; Garofoli, G. (ed.) (1983-b), *L'Industrializzazione Diffusa in Lombardia*, Milano; Franco Angeli; Vasquez Barquero, A. (1987), "Local Development and the Regional State in Spain", in *Papers of the Regional Science Association*, vol. 61.
 - 16 Alguns autores como Courlet, Garofoli e Pecqueur vão um pouco mais longe nesta análise, chegando a propôr uma gradação com 3 níveis de aprofundamento, que designam, sucessivamente, por "áreas produtivas", "sistemas produtivos locais" e "áreas-sistemas" (cf. op. cit.). Não abordaremos aqui esta questão.
 - 17 Cf. também: Reis, José (1988), "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26.
 - 18 Para além das nossas próprias reflexões, foi-nos particularmente útil, neste ponto, consultar: Ferrão, João e Baptista, A. Mendes (1989), "Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 7, Lisboa; Figueiredo, Carlos e Silva, José António (1990), "Especialização internacional e especialização regional - reflexões sobre os anos 80", comunicação ao 1º Encontro da APDR, Aveiro, 10-12 de Maio; Gaspar, Jorge (coord.) et al. (1987), *Portugal - os próximos 20 anos*, I Volume, "Ocupação e organização do espaço - retrospectiva e tendências", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Gaspar, Jorge (coord.) et al. (1988), *Portugal - os próximos 20 anos*, VI Volume, "Ocupação e organização do espaço - uma prospectiva", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Silva, Mário Rui (1988), *Industrialisation et développement local - une interprétation à partir du cas portugais*, dissertação de doutoramento em Economia do Desenvolvimento, Grenoble, Novembro; Cf. também o texto de Nicolau, Isabel, incluído no relatório de pesquisa já referido (Rodrigues et al. (1990), JNICT).
 - 19 Cf. Silva, Rui Brites, Henriques, Maria Clementina e Laranjeira, Suzete, "Entre os Vidros e os Moldes: Marinha Grande, um Espaço de Industrialização", comunicação ao 1º Encontro da A.P.D.R., Aveiro, 10 a 12 de Maio, publicada (com alterações) como artigo neste número da revista *Sociologia - Problemas e Práticas*.

Anexo

Estrutura dos paradigmas de espacialização do desenvolvimento

	Paradigma Funcionalista Desenvolvimento centralizado, a partir de cima	Paradigma Territorialista Desenvolvimento descentralizado, a partir de baixo
1. Características do desenvolvimento	Desenvolvimento monolítico e uniforme O "melhor" desenvolvimento possível Desenvolvimento promovido por certos agentes e a partir de certas localizações Generalização e difusão do modelo de desenvolvimento Predomínio da visão economicista Acento tónico nos pólos dominantes Verticalização Modelo clássico e neo-clássico	Desenvolvimento diferenciado e multiforme Desenvolvimento adaptado a cada território O impulso vital do desenvolvimento parte das comunidades locais: Desenvolvimento integral e integrado, com base nas capacidades locais Desenvolvimento por geração diferenciada e auto-centrada Interdisciplinaridade, tendendo para a indisciplinaridade Acento tónico nas identid. regionais e locais Horizontalização Modelo territorialista
2. Funcionamento	Desenvolvimento de base exógena (base mundial): - a partir de certos sectores e polos de desenvolvimento; - a partir da procura externa e nacional (agregada); - a partir da inovação tecnológica, - tendo como eixo a produtividade técnico-económica Sequências do desenvolvimento ("filtragem para baixo"): - hierarquias urbanas e organizacionais - relações input-output; estratégias das empresas transnacionais - dependências infra-nacionais	Desenvolvimento de base endógena (base local): - a partir do potencial endógeno (recursos, actividades, capacidades); - a partir das procuras locais; - realçando a inovação social e organizacional; - valorizando a produtividade social e ambiental Sequências do desenvolvimento (redes de solidariedade e articulações horizontais): - baseadas nas necessidades locais, - especializações regionais assentes na diversificação e na integração.
3. Formas	Processos de industrialização/urbanização concentradas Utilização intensiva do capital Maximização das economias externas Grandes projectos de desenvolvimento e pólos de desenvolvimento	Valorização de todos os espaços (rurais e urbanos) Utilização extensiva e intensiva dos factores locais Maior importância do valor de uso do que do valor de troca Projectos de desenvolvimento à escala regional e local.
4. Condições	Redução das diferenças: banalização e uniformização técnica, económica, social, cultural, política, jurídica, institucional Manutenção (ou mesmo reforço) das disparidades e assimetrias Eventual protecção nacional Desconcentração: redistribuição e delegação de competências pelo poder central	Diferenciação, com compromissos Estado-empresas transnacionais, Estado-regiões, regiões-níveis infraregionais, etc. Variedade de formas culturais, económicas, sociais, políticas, institucionais, etc. Relativa protecção dos territórios Descentralização

Estrutura dos paradigmas de especialização do desenvolvimento (continuação)

	Paradigma Funcionalista Desenvolvimento centralizado, a partir de cima	Paradigma Territorialista Desenvolvimento descentralizado, a partir de baixo
5. Gestão do Espaço	Integração territorial e funcional: generalização das dependências Predomínio dos centros e sectores ligados à "visão" nacional Reforço da acessibilidades das zonas produtivas mais rendíveis	Formas múltiplas de integração dos sistemas e sub-sistemas regionais e locais Dialéctica integração/separatismo Descentralização e regionalização das acessibilidades
6. Agentes	Estado central Organismos desconcentrados e dependentes funcionalmente do Estado central Empresas transnacionais Organismos supranacionais Grandes empresas e outras organizações (sindicatos, etc.)	Agentes de Desenvolvimento Local Autarquias locais PMEs Associações, núcleos e outros organismos culturais, recreativos, sociais, económicos e políticos Estruturas empresariais e sindicais regionais e locais Escolas, Universidade, centros de saúde, etc. de âmbito local cidadãos.

Fonte: Adaptado e inspirado em Lajugie, Joseph et al. (1985), *Espace régional et aménagement du territoire*, Dalloz, Paris

Bibliografia

- AMARO, Rogério Roque (1980), *Développement et industrialisation de l'économie portugaise dans le contexte de la division internationale du travail (jusqu'en 1974)*, tese de doutoramento de 3º ciclo, Grenoble, 2 volumes. Idem (1989), "Que espaço português no "espaço europeu sem fronteiras" ?", in *Scara Nova*, nº 24, Julho/Agosto.
- Idem (1990), "O puzzle territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)", in *Vértice*, nº 33 (II Série), Dezembro.
- Idem (1991), "Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações", comunicação apresentada às Terceiras Jornadas da Beira Interior, Covilhã, 19, 20 e 21 de Outubro de 1990, publicada em *Poder Local*, nº 102, Março de 1991.
- AYDALOT, Philippe (coord.) (1984), *Crise et espace*, Paris, Economica.
- BOYER, Robert (coord.) (1986), *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, Éditions La Découverte.
- COURLET, Claude (1987), "Développement territorial et Systèmes Productifs Locaux en Italie", *Notes et Documents*, Grenoble, I.R.E.P./D.
- COURLET, Claude e PECQUEUR, Bernard (1987), "Industrialisation et action économique locale en Anjou et dans le Choletais", *Notes et Documents*, Grenoble, I.R.E.P./D.
- Economie et Humanisme* (1986), "Nouveaux regards sur l'industrialisation", nº 289, Maio-Junho.
- FERRÃO, João (1983), "Alguns aspectos regionais da evolução recente da indústria transformadora - uma análise regional", in *Perspectivas do desenvolvimento industrial português*, Porto, Conferência da Associação Portuguesa de Economistas (A.P.E.C.).
- Idem (1985), *Indústria e valorização do capital - uma análise geográfica*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Idem (1987), "Indústria e território: breve história de uma união feliz", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22.
- FERRÃO, João e BAPTISTA, A. Mendes (1989), "Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 7, Lisboa.

- FIGUEIREDO, Carlos e SILVA, José António (1990). "Especialização internacional e especialização regional - reflexões sobre os anos 80", comunicação ao 1º Encontro da A.P.D.R., Aveiro, 10, 11 e 12 de Maio.
- FRIEDMANN, John e WEAVER, Clyde (1979). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*, Londres, E. Arnold Publication.
- FUA, G. e ZACCIIIA, C. (1983). *Industrializzazione senza Frature*, Bolonha, Il Mulino.
- GAROFOLI, G. (1983-a). "Sviluppo regionale e ristrutturazione industriale: il modello italiano degli anni '70", in *Rassegna Economica*, nº 6, Novembro-Dezembro.
- Idem (coord.) (1983-b). *L'industrializzazione Diffusa in Lombardia*, Milão, Franco Angeli.
- GASPAR, Jorge (coord.) (1987). *Portugal - os próximos 20 anos, I Volume, Ocupação e organização do espaço - retrospectiva e tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Idem (coord.) (1988). *Portugal - os próximos 20 anos, VI Volume, Ocupação e organização do espaço - uma prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILLY, Jean-Pierre (1987). "Espaços produtivos locais, políticas de emprego e transformações da relação salarial", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22.
- HENRIQUES, José Manuel (1990). *Municípios e Desenvolvimento*, Ed. Escher, Lisboa.
- LAJUGIE, Joseph et al. (1985). *Espace régional et aménagement du territoire*, Paris, Dalloz.
- LEBORGNE, Danièle e LIPIETZ, Alain (1987). *New technologies, new modes of regulation: some spatial implications*, Paris, CEPREMAP.
- LIPIETZ, Alain (1985). *Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?*, CEPREMAP, nº 8521, Paris.
- PECQUEUR, Bernard (1987). *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire*, tese de doutoramento, Grenoble.
- PECQUEUR, Bernard e SILVA, Mário Rui (1989). "Industrialisation diffuse et développement", in *Estudos de Economia*, volume IX, nº 4.
- REIS, José (1987). "Os espaços da industrialização - notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22.
- Idem (1988). "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26.
- Idem (1989). *Os espaços da indústria - a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (F.E.U.C.).
- RIBEIRO, José Félix et al. (1985). "Especialização internacional, regulação económica e regulação social - Portugal, 1973-83", in *Análise Social*, volume XXI, 87-88-89.
- RODRIGUES, E. Ferro et al. (1983). *A especialização de Portugal em questão*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional.
- RODRIGUES, Maria João (1988). *O sistema de emprego em Portugal - crise e mutações*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO (Ministério do Plano e Coordenação Económica) (1977). Plano 77-80, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVA, Mário Rui (1988). *Industrialisation et développement local - une interprétation à partir du cas portugais*, dissertação de doutoramento em Economia do Desenvolvimento, Grenoble.
- SILVA, Rui Brites, HENRIQUES, Maria Clementina e LARANJEIRA, Suzete. "Entre os Vidros e os Moldes: Marinha Grande, um Espaço de Industrialização", comunicação ao 1º Encontro da A.P.D.R., Aveiro, 10, 11 e 12 de Maio, publicada (com alterações) como artigo neste número da revista *Sociologia - Problemas e Práticas*.
- STOHR, Walter (1984). "La crise économique demande-t-elle de nouvelles stratégies de Développement Régional ? - vers un nouveau paradigme du Développement Régional", in AYDALOT, (coord.) (1984).
- STOHR, Walter e TAYLOR, D. (eds.) (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*, Londres, J. Wiley & Sons, Ltd.
- VÁSQUEZ-BARQUERO, A. (1987). "Local Development and the Regional State in Spain", in *Papers of the Regional Science Association*, volume 61.